

Sarney diz a Ulysses que Governo

não adia eleições

POLÍTICA E GOVERNO — 3

Brasília — O Senador José Sarney garantiu ao presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, em recente encontro, assim como a outros líderes oposicionistas, que a demora do Governo e da cúpula do PDS em fixar as regras do jogo eleitoral de 1982 não se prende a nenhuma manobra para adiar as eleições já marcadas, mas decorre, simplesmente, da dificuldade em se apurar as tendências majoritárias no Partido a respeito de cada modificação.

Ao confirmar a sua decisão de procurar os dirigentes e líderes de Partidos oposicionistas para desobstruir as atividades políticas e legislativas, o Senador José Sarney afirmou ontem que o Congresso não pode ficar paralisado por uma bomba, que é objeto de um inquérito policial-militar e nem por uma obstrução sistemática, no Senado, que já dura desde o dia 27 de março passado.

Desconfianças

O Sr José Sarney fez, ontem, um diagnóstico da realidade política reconhecendo que ela está em deterioração por culpa das próprias lideranças. Antes de tudo, porque a atividade política, ao que observa, foi inteiramente paralisada em função da bomba do Riocentro, que é objeto de investigação por um inquérito policial-militar que tem prazos legais para a sua conclusão.

A articulação deve ser retomada, deixando que as investigações corram pelos canais competentes. Outro ponto de estrangulamento, identificado pelo dirigente do PDS, é a obstrução parlamentar sistemática, tal como se vem verificando em grau que compromete a instituição legislativa.

O Sr José Sarney sustenta que a obstrução parlamentar é arma utilizável pelas minorias ou as majorias de todos os Parlamentos democráticos, mas ela não pode ser deflagrada como tática sistemática, como vem ocorrendo no Senado, sob pena de paralisar a atividade legislativa, que é, notoriamente, a mais nobre função de qualquer Parlamento.

O mais absurdo é que as oposições resolveram lançar um ultimato à maioria parlamentar, decidindo-se por paralisar os trabalhos legislativos no Senado através da obstrução iniciada no dia 27 de março passado, enquanto o Governo e a cúpula do PDS não definirem as regras do jogo eleitoral de 1982.

— Ocorre — disse o presidente do PDS — que nós temos dificuldades para apurar o consenso do Partido em relação às alterações na legislação eleitoral consideradas mais convenientes. É um trabalho paciente de sondagem, de coleta e exame de sugestões, trabalho que não pode ser precipitado como querem os nossos adversários, a todo o custo.

O Sr José Sarney disse que, em encontro mantido com o Sr Ulysses Guimarães, sentiu que o presidente do PMDB desconfiava de que o Governo e o PDS vinham adiando uma definição sobre as reformas eleitorais para ganhar tempo e, assim, transferir para a última hora o pleito de 1982, como fizeram em relação às eleições municipais de 1980 através da prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores.

— Naquela ocasião — disse — eu garanti para o presidente do PMDB, como depois para dirigentes de outros Partidos da Oposição, que essa suspeita não tem a menor procedência e que o Governo, como o PDS, estarão preparados para inviabilizar qualquer ameaça às eleições do próximo ano.

O presidente do PDS reafirmou a sua intenção de conversar informalmente com os presidentes e líderes dos Partidos oposicionistas para lhes pedir que tenham a paciência de esperar que a comissão do PDS venha a oferecer à direção do Partido governista um relatório definindo quais os pontos que devem ser alterados na legislação eleitoral em vigor.

Também pretende o Senador José Sarney fazer ver a aqueles líderes a necessidade de desobstruir os canais da atividade político-legislativa que estão interrompidos pela perplexidade e o radicalismo, a fim de que a atividade retorne o seu fluxo normal, em benefício do próprio projeto de abertura e da evolução normal do processo de forma a assegurar eleições tranqüilas em 1982.

O Governo e o PDS pretendem apresentar formalmente o projeto de reformas eleitorais ainda em meados do segundo semestre deste ano, submetendo-o a uma negociação com os Partidos oposicionistas dentro do Congresso. O presidente do PDS está convencido de que as alterações devem vir por consenso.